

Autos n. 5009339-05.2021.8.24.0005

SIG n. 08.2021.00218900-9

TERMO DE ACORDO JUDICIAL

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça ao final signatário, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei e **ANA PAULA CAPRIGLIONE PIRES**, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n. 023.473.619-45 e RG n. 57.802.618/PR, com endereço à Avenida Brasil, n. 169, ap. 502, Balneário Camboriú, devidamente representada por seu procurador constituído, Dr. Eduardo Henrique Tensini (OAB/SC n. 61.665), ora **COMPROMISSÁRIA**, e

CONSIDERANDO que a prática da ré constatada na ação civil pública ofendeu diretamente a saúde coletiva e que, atualmente, uma das maiores dificuldades nesta seara diz respeito ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, bem como que a Comarca de Balneário Camboriú possui apenas um centro de tratamento para viciados, qual seja a Comunidade Terapêutica Viver Livre, e que o local, além de estar sucateado subsiste, em parte, pelas doações da população;

RESOLVEM

Firmar o presente **TERMO DE ACORDO JUDICIAL**, objetivando por fim ao litígio, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA 1ª - A **COMPROMISSÁRIA** reconhece a prática ilícita narrada na inicial e, nestes termos, compromete-se a não realizar procedimentos para os quais não esteja devidamente capacitada e habilitada nos órgãos fiscalizatórios, inclusive aqueles injetáveis e invasivos, pessoalmente ou por intermédio de pessoa jurídica existente ou que venha a constituir.

CLÁUSULA 2ª - A **COMPROMISSÁRIA** compromete-se a informar, de forma clara e ostensiva, nas redes sociais e em eventual local físico, sua

capacitação e habilitação nos conselhos de classe, bem como de outros profissionais que com ela venham prestar serviço, abstendo-se de prestar informação capaz de transparecer regularidade na prestação de serviço não regulamentado ou, se regular, praticado por profissional não capacitado e/ou habilitado.

CLÁUSULA 3ª - O descumprimento das cláusulas 1ª e 2ª implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), enquanto perdurar a irregularidade, destinado ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

CLAÚSULA 4ª - A título de dano moral coletivo, a COMPROMISSÁRIA compromete-se a obrigação de adquirir, em favor da Comunidade Terapêutica Viver Livre (CNPJ n. 04.981.194/0001-04), 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) de piso na cor neutra, 40kg (quarenta quilos) de argamassa, 40kg (quarenta quilos) de rejunte/fuga, 220m² (duzentos e vinte metros quadrados) de forro PVC e 1 (uma) geladeira frost free de pelo menos 472 litros, a serem entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo atraso justificado das fornecedoras.

Parágrafo único: Os bens acima descritos, somados, atingem a monta aproximada de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cabendo à COMPROMISSÁRIA negociar valores e formas de pagamento com cada um dos fornecedores.

CLÁUSULA 5ª - A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

CLÁUSULA 6ª - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 7ª - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e

prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de acordo judicial em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo judicial.

Balneário Camboriú, 29 de março de 2023.

Alvaro Pereira Oliveira Melo
Promotor de Justiça